

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial – Hospital Regional de Jundiá "Professor Liberato John Alphonse Di Dio" - Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS.

Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS - Unidade Hospital Regional de Jundiá

CNPJ nº 09.538.688/0009-90

Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)				Demonstrações Financeiras "Carve-Out" - Em 31 de dezembro de 2023			
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Bancos	–	28.119	29.177	Fornecedores	10	5.291.083	4.764.020
Recursos financeiros vinculados à projetos	4	8.875.933	8.459.252	Arrendamento a pagar	11	255.918	123.852
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios	5	5.031	5.031	Obrigações trabalhistas	12	3.129.135	2.669.062
Estoques	6	1.062.422	1.534.831	Obrigações tributárias de terceiros	13	933.970	290.384
Créditos diversos	7	1.400.769	489.567	Outras contas a pagar	–	199.988	11.610
Total do ativo circulante		11.372.274	10.517.858	Total do passivo circulante		9.810.094	7.858.928
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	–	51.443	35.717	Provisão para demandas judiciais	14	542.397	381.354
Imobilizado	9	2.347.132	2.896.901	Arrendamento a pagar	11	307.013	161.333
Direito de Uso	8	476.665	276.358	Subvenções de investimentos a realizar	–	151.862	347.785
Total do ativo não circulante		2.875.240	3.208.976	Outras contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	79
				Receita Diferida	–	508.987	–
				Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	15	1.355.900	2.051.392
				Total do passivo não circulante		2.866.159	2.941.943
				Patrimônio líquido	16		
				Superávits acumulados		2.925.963	2.306.030
				Superávit/(déficit) do exercício		(1.354.702)	619.933
				Total do patrimônio líquido		1.571.261	2.925.963
Total do ativo		14.247.514	13.726.834	Total do passivo e do patrimônio líquido		14.247.514	13.726.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	(Superávit) acumulado	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	715.362	1.590.668	2.306.030
Incorporação do superávit do ano anterior ao Superávit acumulado	1.590.668	(1.590.668)	–
Superávit do exercício	–	619.933	619.933
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.306.030	619.933	2.925.963
Incorporação do superávit do ano anterior ao Superávit acumulado	619.933	(619.933)	–
Superávit do exercício	–	(1.354.702)	(1.354.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.925.963	(1.354.702)	1.571.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras "Carve-out" (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

1. Contexto operacional: 1.1 Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto"): O Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º)". Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Góme nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Hospital Regional de Jundiá ("Unidade"):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0009-90, localizada na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiá. Em 11 de junho de 2014 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.025/2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a partir de 12 de junho de 2014 por 5 anos. Renovado por mais 5 anos conforme contrato de Gestão nº 30889/2019 a partir da data de 01 de junho de 2019. Para 2024 de janeiro à maio o montante estimado é de R\$ 32,9 milhões, após este período será aberto chamamento público pelo Estado de São Paulo para contratação de organização social para gerenciamento da Unidade. **1.3 Desempenho da Entidade em 2023:** A unidade Hospital Regional de Jundiá (HRJ) incorreu com déficit de R\$ 1.354.702 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O valor do patrimônio líquido de 2023 ficou em R\$ 1.571.261. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 1.562.180. O déficit apresentado em 2023, ocorreu em função de adequações de metas de produção e de estrutura, como a ampliação de 4 leitos de UTI, limpeza da fachada e outras despesas com manutenção necessárias para o bom andamento da unidade, tendo em vista as disponibilidades de caixa. O contrato de gestão da unidade vence em maio de 2024. A administração trabalha com a perspectiva de participar do processo de chamamento e conseguir a manutenção desse contrato pelos próximos 5 anos. Assim, as projeções realizadas para 2024 consideram inicialmente o período até maio. Após a concretização do chamamento, caso a unidade se mantenha sob gestão do IRSSL, serão reavaliadas as metas para prosseguimento do ano. Desde novembro de 2020 o HRJ é detentor do certificado de excelência pela Organização Nacional de Acreditação (ONA III), que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente em todas as áreas, além da gestão integrada. Isso demonstrando que a unidade apresenta uma cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade institucional. **1.4 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2. Apresentação das demonstrações financeiras "Carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras "Carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). As demonstrações financeiras "Carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Regional de Jundiá ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladora do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. Para melhor comparabilidade, algumas rubricas e notas explicativas foram reclassificadas, sem alterar o resultado da Entidade e/ou a posição patrimonial. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 28 de março de 2024. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras "Carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e • Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 14). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas

para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. • O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 24 - Instrumentos financeiros. **d. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras "Carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais práticas contábeis: a. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema. **b. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Periodicamente o estoque é reavaliado e se necessário, provisionado a resultado, itens identificados como obsoletos ou vencidos. Em 2023 e 2022 não foi identificados itens elegíveis a provisão. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **(ii) Custos subseqüentes:** Custos subseqüentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

Anos
10
10
10
10
5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior. **d. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **e. Obrigações trabalhistas:** Considera as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com o Governo, são regis-

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas	2023	2022
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - estadual	17	76.577.640	68.540.666
Receitas com doações	18	986.875	876.701
Receita Trabalho Voluntário	16	11.676	15.212
Outras receitas	–	16.800	1.588
		77.592.991	69.434.167
Custos e despesas operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	19	(68.936.173)	(60.395.340)
Utilidade pública	20	(2.060.646)	(1.811.299)
Serviços profissionais	21	(6.549.387)	(4.957.757)
Contingências	14	(209.089)	(83.614)
Depreciações e amortizações	9	(1.166.319)	(1.256.942)
Receita Trabalho Voluntário	16	(11.676)	(15.212)
Outras despesas operacionais	22	(1.518.725)	(1.552.526)
		(80.452.015)	(70.072.690)

Deficit operacional antes do resultado financeiro		(2.859.024)	(638.523)
Despesas financeiras	23	(39.711)	(82.570)
Receitas financeiras	23	1.544.033	1.341.026
Resultado financeiro líquido	23	1.504.322	1.258.456
(Déficit) Superávit do exercício		(1.354.702)	619.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	2023	2022	
(Déficit) Superávit do exercício	(1.354.702)	619.933	
Outros resultados abrangentes	(1.354.702)	619.933	
Resultado abrangente do exercício	(1.354.702)	619.933	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Das operações sociais:		
Déficit (superávit) do exercício	(1.354.702)	619.933
Ajustes por:		
Provisão para contingências	209.089	83.614
Depreciações de ativo imobilizado	1.032.351	1.256.942
Amortização de direito de uso	133.968	–
Receita de Aplicação Financeira	(1.542.320)	(1.153.505)
Juros de Arrendamento	11.156	(12.367)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Estoques	472.409	(267.206)
Créditos diversos	(911.202)	(241.743)
Depósitos judiciais	(15.726)	32.076
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios		
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	527.063	1.543.836
Obrigações trabalhistas	460.073	456.650
Obrigações tributárias	643.586	107.078
Contingências pagas	(48.049)	(103.333)
Outras contas a pagar	188.378	3.210
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	(79)	–
Subvenções de investimentos a Realizar	(195.920)	347.785
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado/intangível	(695.492)	79
Receita diferida	508.987	(112.938)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(576.430)	2.560.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos financeiros vinculados à projetos	1.125.639	(1.310.218)
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	–	(733.985)
Adições no imobilizado	(482.582)	(392.766)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	643.057	(2.436.969)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento	(56.529)	(119.397)
Pagamento de Juros de arrendamento	(11.156)	(12.847)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(67.685)	(132.244)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Varição de caixa e equivalentes de caixa	(1.058)	(9.102)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.177	38.279
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.119	29.177
Varição de caixa e equivalentes de caixa	(1.058)	(9.102)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

trados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: • **Subvenção para custeio** - Reconhecha como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. • **Subvenção para investimentos** - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos ente público geralmente no início do mês seguinte à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto teria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Instituto registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários, apesar de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "Carve-out". **l. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O recurso a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subseqüente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Nos exercícios de 2023 e 2022 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subseqüentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subseqüentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo

continua →

★ continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras “carve-out” do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Unidade Hospital Regional de Jundiá**

juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Arrendamentos:** O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2023, possuíamos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2). **n. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** Não foram identificadas alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data que gerem impactos significativos nas atualizações das normas abaixo, de forma que não foram aplicadas em 2023 nas demonstrações financeiras: As alterações para 2023 foram CPC 50, CPC 23, CPC 26 (R1) e CPC 32, abaixo destacamos apenas as alterações aplicáveis para a Entidade: • Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23): As alterações esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. • Divulgação das políticas contábeis por materialidade (alterações ao CPC 26(R1)): As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis

“materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A Entidade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **o. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Requer especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Requer especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Alterações ao CPC 03 (R2)/ IAS 7 e CPC 40 (R1)/ IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores: Requer evidência para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2023, possuíamos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2).

para os quais nenhuma provisão foi constituída. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados.

15. Subvenção de bens a apropriar - imobilizado:

	2023	2022
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	1.355.900	2.051.392
	Movimento de 2023	
	Total de	Total
	Saldo em 31/12/2022	de Depreciação Saldo em 31/12/2023
	aqui-sições	baixas
		Acumulada
		31/12/2022
		31/12/2023

Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado

	2023	2022
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	2.051.392	340.000
	Movimento de 2022	
	Total de	Total
	Saldo em 31/12/2021	de Depreciação Saldo em 31/12/2022
	aqui-sições	baixas
		Acumulada
		31/12/2021
		31/12/2022

As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica “Subvenção de bens a apropriar”, sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 9. **16. Patrimônio líquido:** Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da administração:** O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho de administração e conselho fiscal. Foi apurado em 2023 o custo dos conselheiros com trabalho voluntário de R\$ 11.676 e em 2022 R\$ 15.212.

17. Recursos dos contratos de gestão - Estadual:

	2023	2022
Receitas com contrato de gestão Estadual - Hospital Regional de Jundiá (a)	75.542.148	67.584.468
Receita com Subvenção de Imobilizado/Intangível	1.035.492	956.198
	76.577.640	68.540.666

(a) As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 5.

18. Receitas com doações:

	2023	2022
Receita com isenção água (a)	790.021	573.057
Outras receitas com doações em e material e equipamentos (b)	196.854	303.644
	986.875	876.701

(a) A unidade recebeu da DAE S/A Água e Esgoto de Jundiá o benefício da isenção da tarifa para água e esgotos. (b) Refere-se a doações recebidas de diversos fornecedores e mantenedor.

19. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:

	2023	2022
Serviços médicos	(25.167.555)	(23.040.640)
Pessoal e encargos	(24.650.657)	(21.769.577)
Medicamentos e materiais	(6.383.112)	(6.026.755)
Materiais de consumo	(6.630.362)	(4.243.312)
Nutrição	(2.672.076)	(2.341.154)
Higiene e limpeza	(2.761.425)	(2.212.843)
Lavadeira e roupa	(1.070.987)	(761.059)
	(68.936.173)	(60.395.340)

20. Utilidade pública:

	2023	2022
Energia elétrica	(980.815)	(901.428)
Água	(790.030)	(573.057)
Telecomunicações	(90.452)	(125.091)
Gás natural	(186.008)	(198.163)
Combustíveis e lubrificantes	(13.341)	(13.560)
	(2.060.646)	(1.811.299)

21. Serviços profissionais:

	2023	2022
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(2.958.674)	(2.921.387)
Suporte em infraestrutura de TI	(1.309.577)	(983.943)
Manutenção e conservação	(1.783.925)	(957.235)
Consultoria e assessoria	(7.665)	(58.347)
Outros	(489.547)	(36.845)
	(6.549.387)	(4.957.757)

(a) Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto para a unidade de acordo com o termo de cooperação.

22. Outras despesas operacionais:

	2023	2022
Locação de equipamentos	(1.455.168)	(1.533.945)
Arquivo e guarda de documentos	(68.063)	(90.148)
Uniformes/E.P.I.	(71.988)	(66.527)
Despesas legais/fiscais/parafiscais	(8.005)	(10.015)
Outras despesas operacionais	(85.163)	148.109
Outras despesas operacionais	(1.700.063)	(1.552.526)
Outras receitas operacionais	169.662	-
Outras receitas operacionais	169.662	-
Outras despesas/receitas operacionais	(1.511.725)	(1.552.526)

23. Resultado financeiro:

	2023	2022
Receita de aplicações financeiras	1.542.320	1.153.505
Descontos obtidos	1.713	187.521
Receitas financeiras	1.544.033	1.341.026
Variações Monetárias Passivas	-	(51.835)
Outras despesas financeiras	(28.451)	(16.803)
Juros incorridos	(11.259)	(13.932)
Despesas financeiras	(39.711)	(82.570)
Resultado financeiro, líquido	1.504.322	1.258.456

24. Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022), o Instituto está sujeito aos fatores de: **(i) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2023 Fluxo de caixa contratuais

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	6 meses Total ou Menos	06 a 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	5.291.083	5.291.083	5.291.083	-	-
Arrendamento a pagar	562.931	562.931	98.472	98.472	278.955
Outras Contas a Pagar	199.989	199.989	199.989	199.989	-
Total	6.054.003	6.054.003	5.589.544	298.461	278.955

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2022	Recursos de Custeio 31/12/2022	Recursos de Investimentos 31/12/2022	Recursos Recebidos - Investimento 31/12/2022	Recursos Recebidos - Custeio 31/12/2022	Recursos a Receber 31/12/2023
Hospital Regional de Jundiá (a)	5.031	75.542.148	-	-	(75.542.148)	5.031
	Recursos a Receber 31/12/2021	Recursos de Custeio 31/12/2021	Recursos de Investimentos 31/12/2021	Recursos Recebidos - Investimento 31/12/2021	Recursos Recebidos - Custeio 31/12/2021	Recursos a Receber 31/12/2022
	-	67.584.468	-	-	(67.579.437)	5.031

(a) Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde “custeio” é composto do termo de aditamento ao contrato de gestão T.A. nº 01/2023 no montante R\$ 75.212.148.

6. Estoques:

	2023	2022
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros	316.8862	900.888
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	745.536	633.943
	1.062.422	1.534.831

7. Créditos diversos:

	2023	2022
Adiantamentos a funcionários	313.747	210.310
Adiantamento a Fornecedor	297.566	129.024
Despesas a apropriar	16.745	10.368
Valores a Receber (a)	772.711	139.865
	1.400.769	489.567

a. Refere-se a Contas a receber de outras Receitas aferidas pela Unidade, dentre as quais destaca-se a Venda por compartilhamento de informações da folha de pagamento dos colaboradores ao Banco Itaú.

8. Direito de uso:

	2023	2022
Equipamentos de informática (servidores)	476.665	276.358
Saldo inicial	276.358	429.796
Adições	334.275	-
Amortização	(133.968)	(153.438)
Saldo Final	476.665	276.358

9. Imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2023	2022
Móveis e utensílios	10%	1.344.881	(1.152.081)	192.798	281.654
Máquinas e equipamentos médicos	10%	9.393.152	(7.350.196)	2.042.957	2.469.251
Máquinas e equipamentos	10%	323.566	(212.190)	111.377	145.996
Total		11.061.599	(8.714.467)	2.347.132	2.896.901

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Saldo em 31/12/2023
Custo			
Móveis e utensílios	1.334.041	10.840	1.344.881
Máquinas e equipamentos médicos	8.950.530	442.622	9.393.152
Máquinas e equipamentos	294.446	29.120	323.566
Total custo	10.579.017	482.582	11.061.599
Depreciação			
Móveis e utensílios	(1.052.387)	(99.694)	(1.152.081)
Máquinas e equipamentos médicos	(6.481.279)	(868.917)	(7.350.196)
Máquinas e equipamentos	(148.450)	(63.740)	(212.190)
Total depreciação	(7.682.116)	(1.032.351)	(8.714.467)
Saldo líquido	2.896.901	(549.769)	2.347.132
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Móveis e utensílios	1.334.041	-	1.334.041
Máquinas e equipamentos médicos	8.691.366	259.164	8.950.530
Máquinas e equipamentos	289.066	5.380	294.446
Total custo	10.314.471	264.544	10.579.017
Depreciação			
Móveis e utensílios	(917.149)	(135.238)	(1.052.387)
Máquinas e equipamentos médicos	(5.668.666)	(812.613)	(6.481.279)
Máquinas e equipamentos	(121.020)	(27.430)	(148.450)
Total depreciação	(6.706.835)	(975.281)	(7.682.116)
Saldo líquido	3.607.636	(710.737)	2.896.901

Parte dos bens do ativo imobilizado foram adquiridos com recursos não vinculados aos contratos de gestão e, consequentemente não possuem o passivo de subvenção de bens a apropriar em atendimento a CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental (vide nota 15). Os montantes do imobilizado com restrição e sem restrição são apresentados a seguir:

Hospital Regional de Jundiá

	2023	2022
Recursos a Receber	5.031	5.031
Recursos Recebidos - Investimento	-	-
Recursos Recebidos - Custeio	-	-
Recursos a Receber	5.031	5.031

11. Arrendamento a pagar:

	2023	2022
Arrendamento a pagar (a)	562.931	285.185
Saldo inicial	285.185	429.796
Novo Contrato	334.275	-
Principal Pago	(56.529)	(119.397)
Juros Pago	(11.156)	(12.847)
Juros Incorridos	11.156	(12.367)
Movimentações do exercício	277.746	(144.611)
Saldo final	562.931	285.185
Circulante	255.918	123.852
Não circulante	307.013	161.333
	31/12/2023	31/12/2022

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

12. Obrigações trabalhistas:

	2023	2022
Provisão para férias e encargos sobre férias	2.120.803	1.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras "Carve-out" do Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês - Unidade Hospital Regional de Jundiá					
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Fluxo de caixa contratuais					
31/12/2022					
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 a 12 meses	1 - 2 anos
31/12/2022	Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 a 12 meses	1 - 2 anos
Fornecedores	4.764.020	4.764.020	4.764.020	-	-
Arrendamento a pagar	285.185	285.185	109.055	50.323	125.807
Outras Contas a Pagar	11.610	11.610	11.610	-	-
Total	5.060.815	5.060.815	4.884.685	50.323	125.807
(ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco do Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. Exposição a riscos de crédito: A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "Carve-out" foi:					
	Nota	2023	2022		
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	8.875.933	8.459.252		
Créditos diversos	7	1.400.769	489.567		
Total		10.276.702	8.948.819		
25. Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social: Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, § 7º, da Constituição Federal. PIS e COFINS: Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição PIS/PASEP. ISS sobre a receita (ISSQN): O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracteriza-					
		2023	2022		
Receita dos contratos de gestão - Estadual		76.577.640	68.540.666		
ISS 2%		1.531.553	1.370.813		
PIS 0,65%		497.755	445.514		
COFINS 3%		2.297.329	2.056.220		
		4.326.637	3.872.547		
Superávit do exercício		-	619.933		
IRPJ e CSLL 34%		-	210.777		
Receita com doações		986.875	876.701		
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)		39.475	35.068		
Total das estimativas e principais renúncias		4.366.112	4.118.392		
Shirley Chohfi Cury Zarzur Presidente do Conselho de Administração do Instituto	Carolina Lastra Diretora Executiva	Cláudio Augusto Generoso Gerente Financeiro e Contábil	Rildo Ancigan de Siqueira Contador - CRC 1PE020957/O-0 T SP		
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"					
Responsabilidade Social Sirio-Libanês, Hospital Regional de Jundiá e Secretaria Estadual da Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras "Carve-out": A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "Carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "Carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "Carve-out", a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "Carve out", a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras "Carve-out". Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "Carve-out": Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "Carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "Carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "Carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedi-					
mentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "Carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "Carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "Carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
São Paulo, 12 de abril de 2024					
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP034519/O Fabio Henrique Rontani Fonseca Contador - CRC-SP292795/O					